verão ocorrer grandes oscilações nas cotações internacionais, nos próximos meses, pois, apesar da expectativa de frustração da safra norte-americana, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade, há um processo de recuo da demanda, em andamento.

Assim sendo, se adicionarmos as despesas de praxe ao valor CIF, o produto importado seria colocado internamente a Cr$ 2.090,00/@ , preço semelhante ao do tipo 5 (sul do Brasil) cotado em 22/10, quase 20% mais barato do que o similar nordestino. Como a comercialização do tipo 5 para melhor se encontra praticamente paralisada, a influência da importação deverá se fazer sentir sobre os tipos mais baixos, inclusive o tipo 6. Até o momento, este algodão vem sendo vendido por um preço 14% menor do que aquele calculado acima para o produto importado e sua cotação deverá permanecer elevada.

Para que o mercado nacional de fibras de qualidade inferior, este ano com relativa abundância de oferta, não se veja afetado pela importação de tipos superiores foi, também, facilitada a exportação das fibras dos tipos 7/8 para pior. Normalmente o consumo destas fibras não chega a corresponder a 2% da demanda total de algodão mas, este ano, as indústrias deverão consumir até 5%. Ainda que tenha sido maior a receptividade do mercado interno, quanto à absorção destes tipos, devido ao ajuste técnico efetuado pelo setor industrial, o excedente exportável desta faixa deverá chegar a 40 mil t.

Contudo, o mercado internacional, provavelmente, não será capaz de absorver todo este volume porque, este ano, a queda de qualidade da safra de alguns países tradicionalmente exportadores — como os EUA - pode direcionar a atenção dos compradores para eles. Além disso, mesmo que seja possível exportar pelo menos a metade do excedente exportável, a maior parte destas vendas fatalmente ocorrerá no próximo ano.

Um importante fator de retardamente das exportações brasileiras foi a expectativa de eliminação do Imposto de Exportação, que incide sobre o produto. No ano passado, por exemplo, até agosto, o país já havia exportado 108 t de algodão, com uma safra total 5% menor do que a atual. De janeiro a agosto deste ano foram colocadas no exterior somente 30 t do produto. A retirada do Imposto, nos últimos dias do mês de outubro, para os tipos 7/8 e piores, ainda que não elimine por completo a gravosidade do produto, poderá revigorar o ânimo dos exportadores.

Na verdade esta será a melhor opção para algodões que não encontrariam suficiente demanda interna para absorver seus excedentes. Findo o prazo de utilização do EGF, o produtor (maquinista) se depararia com duas opções: ou vender o excedente para o governo, ou exportar. Mesmo sem a eliminação do imposto, a alternativa mais favorável seria a de colocar o máximo possível no mercado internacional, pois o prejuízo seria menor. O Quadro 1 ilustra o possível resultado de ambas as opções, antes e depois da retirada do imposto. Este quadro baseia-se na suposição de que o produto adquirido num determinado mês é vendido em outubro, incorrendo em gastos de retenção (encargos financeiros de EGF e juros de mercado). A título de simplificação, admitiu-se que os juros recairiam sobre o valor do empréstimo (preço mínimo, no caso de se tomar emprestado do governo e a direrença entre este e o de mercado, no caso de empréstimo na rede bancária privada). Na verdade, os juros (simples) devem recair sobre o saldo devedor, já que existem liqüidações intermediárias dos empréstimos que não foram consideradas.

Pode-se concluir, então que a eliminação do imposto não representou nenhum incentivo adicional à exportação, pois essa já era a opção mais vantajosa para o beneficiador; significou, apenas, uma redução da perda que poderão sofrer os intermediários que adquiriram algodão a partir do mês de maio.

AVICULTURA

Ao aproximar-se o fim do ano, a avicultura de corte, no Brasil, encontra-se em situação bastante crítica, face aos prejuízos que vêm caracterizando a exploração. Tal crise se ori-

gina da conjugação de altos custos com preços declinantes, em razão da produção elevada e da concorrência da carne bovina, e assume características especialmente graves ao considerar-se que, sazonalmente, a avicultura registra ganhos, no segundo semestre, que lhe possibilitam refazer-se dos duvidosos resultados econômicos que caracterizam o primeiro semestre de cada ano, o que não está ocorrendo.

Esta variação sazonal deriva do fato de a carne avícola ser, em princípio, substituta da bovina, sofrendo, portanto, acirrada concorrência desta na primeira metade do ano e expandindo seu mercado consumidor na entressafra da oferta de carne bovina (segundo semestre).

Este ano, embora os preços recebidos pelos produtores paulistas de frangos. entre julho e setembro, tenham revelado valorização real da ordem de 6%, em igual época de 1978 e 1979 o ganho foi, respectivamente, de 16% e 18%. Contrapondo-se àquela cifra a desvalorização acumulada real de 28,7% ocorrida de janeiro a junho, observa-se que a remuneração recebida pelo produtor de frango, nos nove primeiros meses deste ano, colocou-se abaixo da evolução dos índices inflacionários.

Não resta dúvida de que, este ano, tornou-se mais difícil para a carne avícola concorrer com a bovina, cujo preço ao consumidor começa a refletir a movimentação descendente do ciclo pecuário. Senão, vejamos: de janeiro a junho (período de safra) deste ano, o quilograma da carne bovina, no varejo de São Paulo, acusou desvalorização real de 21,3%, enquanto que, em 1978 e em 1979 (anos de alta do ciclo pecuário) tais quedas foram menos intensas (respectivamente, 0,6% e 10,2%). Sintomaticamente, as variações negativas do preço real no varejo do quilograma do frango, nestas mesmas épocas, foram de 1,9% (1978) e 23,3% (1979) evidenciando quedas mais acentuadas do produto de origem avícola, face à concorrência do produto de origem bovina. Desta maneira, a mencionada queda real do preço recebido pelos avicultores no primeiro semestre deste ano, veio a reboque da desvalorização de 23,3% observada no preço recebido pelos produtores pela arroba do boi gordo em São Paulo na mesma época, agravada pelo fato de a produção do setor avícola de corte encontrar-se bastante elevada.

Entre janeiro e junho deste ano, a produção nacional de matrizes

QUADRO 1

BRASIL — Comercialização Interna de Milho Importado: Entrega Imediata e Futura — de 1º/9 a 3/11/1980

Estados	Entrega Imediata		Entrega Futura	
	t	Cr$/sc 60 kg	t	Cr$/sc 60 kg
Rio Grande do Sul	28.300	595,26	154.980	576,34
Santa Catarina	9.000	609,20	72.000	573,45
Paraná	1.680	620,00	3.360	625,75
São Paulo	32.520	661,71	132.072	596,36
Minas Gerais	480	720,00	3.120	692,83
Espírito Santo	9.000	607,43	34.400	557,39
TOTAL	80.980	626,10	399.932	582,12

Fonte: Bolsa de Cereais de São Paulo.

de corte na avicultura revelou crescimento acumulado de 25,6%, contra 7,6% observados em igual período de 1979. Este expressivo salto (conseqüência da euforia pela qual passou o mercado avícola nos dois últimos anos) determinou, por sua vez, uma projeção de elevado crescimento da produção de pintos para corte para este ano, incluindo a esperada produção nacional recorde de pintinhos, durante o mês de dezembro, de 109,5 milhões de cabeças. É provável, no entanto, que tal projeção de crescimento venha a sofrer redução, uma vez que grandes produtores de pintos industriais encontram-se resolvidos a desacelerar o nível de produção em até 30%. Ao mesmo tempo, a produção mensal de matrizes de corte já denota retração de crescimento (redução de 1,9% entre julho e agosto) fato inédito desde o início do ano.

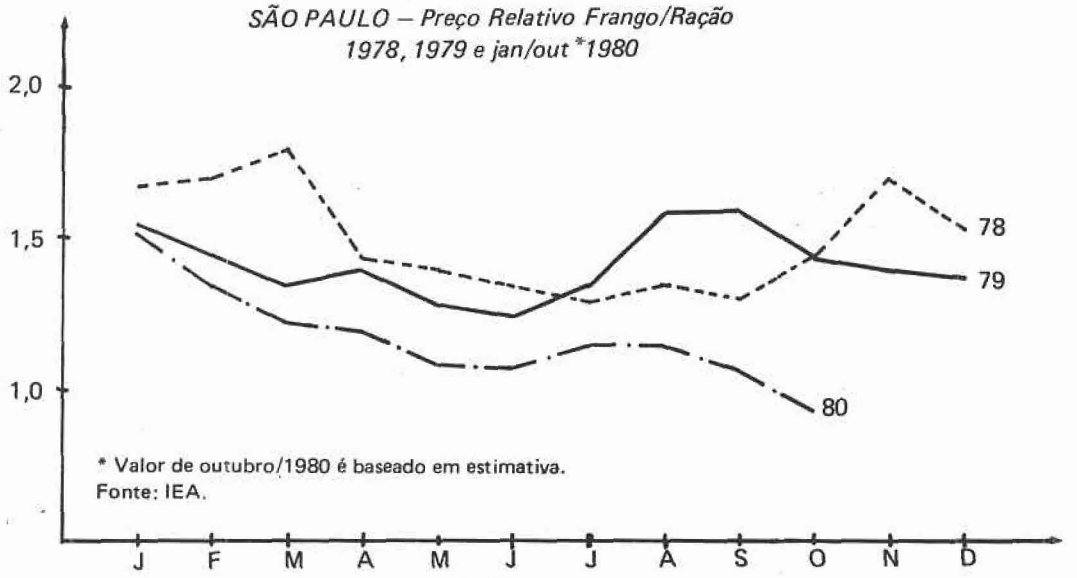
Assim, a redução do nível de atividade seria a primeira providência tomada pelo setor avícola a fim de provocar um maior aquecimento do mercado, já ao final do ano, e resgatar-lhe a lucratividade.

No entanto, a crise atual do setor avícola não decorre tão somente do recrudescimento da concorrência da carne bovina e da excessiva oferta de frangos no mercado. Na verdade, à redução dos preços soma-se a elevação dos custos, afetando sobremaneira o balanço receita/despesa dos avicultores.

A evolução mensal do preço relativo frango/ração, durante os nove primeiros meses deste ano, é o melhor indicador do esvaziamento da lucratividade do setor avícola nacional. Como pode ser apreciado no Quadro 2, a relação entre o preço recebido pelos avicultores paulistas pela ave viva e a média ponderada do preço dos tipos de ração de corte inicial e final (considerando-se o fator de conversão ração/corte de 2,5:1) depois de ligeira recuperação em julho e agosto, novamente voltou a decrescer em setembro. Em 1980, a média do referido preço relativo vem sendo extremamente baixa (1,17) principalmente quando se compara com os resultados obtidos em anos anteriores (ver Quadro 2).

QUADRO 2

SÃO PAULO – Preço Relativo Frango/Ração
*1978, 1979 e jan/out *1980*



* Valor de outubro/1980 é baseado em estimativa.
Fonte: IEA.

Considerando-se que a ração corresponde a 60/70% do custo de produção de 1 quilograma de frango e que o preço do quilo da ração, pago pelos avicultores paulistas, em setembro, foi de Cr$ 14,63, temos que, naquele mês, o custo do quilo da carne avícola seria, a grosso modo, de Cr$ 56,60 : 44,1% a mais do que a média do preço efetivamente recebido pelos avicultores de São Paulo no mês considerado.

Quanto a esta pressão exercida pelos custos, cabe ressaltar, principalmente, as crescentes dificuldades para a aquisição do componente principal das rações — o milho — não só nos aspectos de disponibilidade física mas, também, no desenvolvimento do processo de alta dos preços do cereal.

Face ao inusitado crescimento da demanda (ver Prognóstico da Safra 1980/81, em Agroanalysis, vol. 4 nº 8) a produção interna de milho, este ano, revelou-se insuficiente, sobrevindo, mais uma vez, a solução do recurso às compras externas do produto. No entanto, a aquisição de um volume relativamente expressivo do cereal — 1,2 milhão de t, até o momento — não foi suficiente para abastecer o mercado e coibir a notória especulação. Esta situação decorre da demora da chegada do produto importado, cujas desovas se mostraram bastante tímidas para corresponderem à demanda dos segmentos consumidores.

Desde o começo dos pregões iniciais na Bolsa de Cereais de São Paulo, em setembro, até o princípio de novembro, foram comercializadas tão somente 81 mil t para entrega imediata, enquanto que, para entrega futura (de novembro até a primeira quinzena de janeiro próximo) o volume alcançou a cifra de 400 mil t (ver Quadro 1). A insignificância das vendas para entrega imediata não poderia, de forma alguma, conter a alta dos preços de mercado, o que explica o fato de, no período considerado, a evolução do preço do milho de origem nacional ter apresentado níveis bem acima dos índices inflacionários (ver Quadro 3).

Em suma, a perspectiva de curto prazo para o setor avícola nacional não se coloca como das mais alvissareiras. Pelo lado da concorrência da carne bovina, a tendência será de que ela se torne cada vez mais acirrada, à medida em que se aproxima o período de intensificação do abate de bovinos. Para o próximo ano, será inevitável o aumento da concorrência à medida em que se acentuem as perspectivas de início de um novo ciclo pecuário de preços em baixa.

Também os custos deverão continuar em alta, não só devido à expectativa de continuação do processo inflacionário, sobre a economia como um todo, como também devido ao fato de a entrada da próxima safra de milho nacional só vir a se dar a partir de fevereiro de 1981.

E, finalmente, do lado da oferta de aves, não parece provável que as medidas recessivas que vêm sendo anunciadas pelo setor venham a significar impacto sobre o mercado consumidor antes do final do ano. E, embora as vendas de aves devam sofrer agilização à época das festas de fim de ano, tal ocorrência, por sua atuação meramente de curtís-

QUADRO 3

SÃO PAULO — Preços Médios do Milho no Mercado Atacadista, em Cr$/sc 60 kg

Mês	Preço	Incremento (%)
Agosto	466,43	—
Setembro	507,73	8,9
Outubro	693,04	36,5
1-7 Novembro	810,00	16,9

Fonte: Bolsa de Cereais de São Paulo.

simo prazo, não deverá ter efeitos expressivos sobre o nível da rentabilidade da produção avícola em 1980.

LEITE

Excetuando-se anormalidades climáticas, tais como o atraso das chuvas neste final de ano ou a ocorrência de geadas no início do proximo inverno, o comportamento da produção leiteira dependerá do estímulo proporcionado pelos preços, quando de seu reajuste em nível de produtor e, também, da evolução do preço relativo carne/leite.

Regiões que concentram rebanhos especializados para leite respondem principalmente ao primeiro fator, enquanto nas regiões de pecuária mista influi também o comportamento do mercado de carne bovina. Acredita-se, ainda, que a reativação das linhas de crédito para o setor venha influir positivamente na produção, cuja insuficiência tem ocasionado constantes problemas no abastecimento.

O mercado de carne bovina, ao entrar na fase de desaceleração de preços, em termos reais, contribuirá para uma redução na relação de preços carne/leite. Esta relação cresceu, no período de 1977 a 1979, em termos médios, de 4,96 para 9,38. No entanto, em julho de 1980, ela caiu para 6,4. Com a entrada da safra de boi gordo, a estabilidade ou, mesmo, a queda dos preços da carne bovina e os reajustes do preço do leite poderão modificar o preço relativo de tal forma que a pecuária mista seja incentivada a ofertar mais leite.

Em abril de 1980, através de entendimentos entre o setor produtivo e as autoridades governamentais, o mercado de leite pasteurizado passou por nova tipificação que, basicamente, buscava reduzir ou, até mesmo, eliminar, a oferta de leite tipo C magro (2% de gordura) provinda da produção nacional. Atualmente esse tipo está restrito apenas ao resultado da reidratação do leite em pó importado, não mais provindo do emagrecimento de 30% do volume de leite produzido internamente. Tal estratégia possibilitou a oferta de um produto de melhor qualidade (o antigo leite C, hoje "especial"), porém a preços majorados. Ao produtor coube uma melhor remuneração, na medida em que o preço fixado representava um adicional de 30,1%, em termos reais, sobre o nível vigente um ano antes, em abril de 1979.

No entanto, tal reajuste foi promovido com a safra em andamento, já na sua metade final. Percebe-se, assim, a importância do momento em que se concede o reajuste do preço ao produtor. A safra que se iniciou em novembro, ante as incertezas de quanto estaria o litro de leite após o reajuste, não apresentou um volume de produção satisfatório, frustrando a intenção de promover estoques de 50 mil toneladas de leite em pó, estrangulando o abastecimento e onerando a balança comercial com importações.

Alguns números atestam o decréscimo da produção, como os dados do Instituto de Economia Agrícola, para o estado de São Paulo. O volume de leite produzido naquele estado decresceu 2,4%, comparando-se o período entre novembro de 1979 e junho de 1980 com igual período de um ano antes. De outras regiões leiteiras temos, como indicação, uma queda de cerca de 10%, no primeiro semestre de 1980, comparado a igual período no ano anterior, nas entregas de duas das maiores cooperativas do sul de Minas à Central de São Paulo.

A determinação, agora, de reajustes parcelados, em outubro e janeiro, é um ponto favorável para uma melhor remuneração média ao longo da safra, dependendo dos percentuais dos referidos reajustes. Ao que parece, pelo menos parte da representação dos produtores recebeu razoavelmente bem a cifra do reajuste de outubro (23,1%, passando o litro a Cr$ 16,00). Atualmente, os produtores desejam discutir o percentual de janeiro, estipulado em 12,5%, que levaria o litro a Cr$ 18,00. Nesse mesmo clima de entendimento, os produtores de leite B promoveram gestões junto às autoridades governamentais para mostrarem